



MEDIAÇÃO JUDICIAL ONLINE E O ACESSO À JUSTIÇA: O PAPEL DO MEDIADOR NA GARANTIA DO ACESSO PELOS JURISDICIONADOS

ONLINE JUDICIAL MEDIATION AND ACCESS TO JUSTICE: THE ROLE OF THE MEDIATOR IN GUARANTEEING ACCESS BY JURISDICTIONS

Giovana Fernandes Benedito Sugiyama¹

RESUMO

O projeto de pesquisa² tem como tema a mediação judicial online à luz do princípio constitucional do acesso à justiça e dos princípios da mediação, focando no papel do mediador e do procedimento virtual na garantia do acesso à justiça. A pesquisa tem como contexto a evolução da mediação judicial online durante e após a pandemia de COVID-19, quando Tribunais implementaram ferramentas de reuniões virtuais para despachos e atendimentos, incluindo sessões de conciliação e mediação para evitar a paralisação dos processos. Após quatro anos, a mediação virtual permanece, revelando benefícios em termos de economia de tempo e celeridade proporcionada pela tecnologia. Na mediação, os princípios da oralidade e da informalidade, garantem que a comunicação oral se adapte às barreiras sociais, oferecendo uma abordagem que vai além do formalismo excessivo do processo judicial tradicional. A confidencialidade é essencial, respeitando a prática cultural de compartilhar emoções para resolver conflitos, o que permite maior clareza e assertividade nas comunicações. No entanto, a adoção de tecnologias para atos judiciais e mediações gerou desafios de acesso, com muitas pessoas enfrentando dificuldades para utilizar as plataformas digitais. Isso, em vez de ampliar o acesso à justiça, pode restringi-lo e contrariar o princípio da equidade e de acesso à justiça. Parte da pesquisa propõe reavaliar a realidade emergida da pandemia, identificando a necessidade de melhorias e de adaptação do formato híbrido aos desafios da população, que precisa se familiarizar com métodos consensuais e plataformas digitais. Nesse contexto, como o mediador e a mediação judicial online podem assegurar aos jurisdicionados o acesso à justiça? O estudo tem como objetivo geral analisar o procedimento de mediação judicial online e a atuação do mediador na efetivação do acesso à justiça. Especificamente, busca revisar documentos sobre a regulamentação da mediação online, identificar barreiras no acesso à justiça e aos princípios da mediação, e apresentar parâmetros para a aplicação adequada dos princípios da mediação online. A metodologia adotada é dedutiva, qualitativa e bibliográfica, começando com uma visão ampla da mediação e concentrando-se na mediação online. A escolha pela abordagem dedutiva visa limitar as conclusões às premissas estabelecidas pela pesquisa. Por ser uma pesquisa ainda em desenvolvimento, os resultados esperados incluem o desenvolvimento de uma política de acesso ao ambiente tecnológico dos Tribunais a fim de garantir isonomia e equilíbrio entre todos os envolvidos em mediação judicial online, mantendo a aplicação e respeito aos princípios da mediação. Em preliminar conclusão, embora a mediação online ofereça uma solução promissora para tornar a justiça mais acessível e colaborativa, a eficácia plena depende de superar desafios de inclusão digital e garantir a equidade de acesso aos jurisdicionados. A pesquisa em

andamento pretende abordar esses desafios relacionados à inclusão digital e à garantia de acesso à justiça, avançando no cenário jurídico e promovendo uma justiça mais inclusiva e eficaz.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Mediação. Mediação online. Mediador. Tecnologia.

Keywords: Justice access. Mediation. Online Mediation. Mediator. Technology.

¹ Possui graduação em Direito pelo CENTRO UNIVERSITARIO UNIFAAT (2015). Pós Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Legale (2020) e em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Legale (2022). Atualmente, pós graduanda em Direito Digital pela Escola Paulista de Direito. Mediadora e Conciliadora Judicial e Extrajudicial formada pelo Centro de Mediadores (2021) e pela Mediato Educa (2022), além de aprofundamento em mediação escolar pelo Instituto Mediapaz (2022) e mediação familiar pelo Instituto Conversatio (2021). Advogada Colaborativa capacitada pelo Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas - IBPC (2021), inscrita no CNPQ <https://lattes.cnpq.br/2222919008340299>, e-mail giovanaferb@yahoo.com.br. Pesquisadora no grupo de pesquisa "Estudos Avançados de Prática e Teoria em Mediação", inscrito no CNPQ: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1457198902611996.

² O estudo está em andamento e é desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa "Estudos Avançados de Prática e Teoria em Mediação" da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.